

Câmara Municipal



MARCELO RABELLO NEVES
Presidente da Mesa Diretora

RAPHAEL BRANCO DOS SANTOS
Vice-Presidente da Mesa Diretora

MARCOS ANTÔNIO MACHADO
1º Secretário da Mesa Diretora

JAQUELINE HIAT DIAS
2ª Secretária da Mesa Diretora

ADRIANO MARTINS DE OLIVEIRA
Vereador

FABRÍCIO PORTO
ANDRILO MACHADO
Vereador

JORGE ANTÔNIO
MOURA DE REZENDE
Vereador

JOSÉ ROBERTO FONSECA
Vereador

RENILDA PEREIRA GONÇALVES
Vereadora

Raquel Silveira Valença
Chefe de Gabinete da Presidência

Marcelo Fernando Ramos
Assessor Especial da Presidência

Emanuel Rampini Figueiredo
Diretor Geral

Michele Cabral Tavares
Gerente Financeira

Bruna Esteves Damasceno
Secretária Executiva da Presidência

Daniel de Oliveira Souza
Maiara Araújo Santos
Maicson Bento Paes

Ricardo Couto Machado
Vanderson da Silva Ramos

Assessores Parlamentares das Comissões

SUMÁRIO

Portaria Página 1
Ato de Dispensa Página 1
Atas de Sessões Legislativas
Páginas 2 a 5

DIÁRIO OFICIAL

Atos do Poder Legislativo

Município de São José do Vale do Rio Preto

ANO XVII nº 3.953 - 4ª-feira, 07 de outubro de 2026

PORTARIA

PORTARIA Nº 39, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar ser efeito a Portaria nº 35, de doze de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial nº 3.894, que autorizou, em caráter excepcional, o servidor Daniel de Oliveira Souza, portador da CNH nº 06209170559, a conduzir a viatura Hyundai / HB20S0S10TA, Chassi 9BHCP41EBTP48573, Placa TOI9F52.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RABELLO NEVES

Presidente da Câmara Municipal

ATO DE DISPENSA

ATO DE DISPENSA LICITATÓRIA 14/2026

PROCESSO Nº 1134/2026

Ref. Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos, hidráulicos, de refrigeração e de manutenção predial, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e institucionais desta Câmara Municipal, referente aos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 17, 21, 22 e 30 que foram desertos ou considerados fracassados na dispensa de licitação eletrônica nº 010/2026.

O Diretor Geral solicitou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal autorização para empenho ordinário referente a aquisição de contratação da empresa ENGEVALE ENGENHARIA PROJETOS CONSTRUCAO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ 58.412.656/0001-00, no valor R\$ 2.440,30 (dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta centavos).

A contratação se dará junto a empresa **ENGEVALE ENGENHARIA PROJETOS CONSTRUCAO E CONSULTORIA LTDA** inscrita no CNPJ **58.412.656/0001-00**, com sede na Est. da Floresta, no bairro Floresta, na cidade de São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP 25.780-000.

Apresentou proposta de menor valor no total de **itens 6, 9, 10, 12, 13 e 14** com valor total de **R\$ 2.440,30 (dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta centavos)**. Vencedor dos seguintes itens:

Item	Produto/Especificação	Unidade de Medida	Qty.	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total p/ Item
6	LAMPADA LED 40W 6.5K	unidades	20	R\$ 13,86	R\$ 277,20
9	BASE PARA VALVULA DESCARGA 1.1/2"	unidades	6	R\$ 170,80	R\$ 1.024,80
10	BOIA DE ALTA PRESSAO	unidades	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
12	PAINEL DE EMBUTIR REDONDO 12W	unidades	20	R\$ 15,88	R\$ 317,60
13	PAINEL DE EMBUTIR REDONDO 18W	unidades	20	R\$ 20,15	R\$ 403,00
14	TORNEIRA ARTICULADA DE PAREDE (COZINHA) 30 CM	unidades	1	R\$ 137,70	R\$ 137,70
Valor total					R\$ 2.440,30

Por todo exposto, solicita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que seja ratificado o presente Ato de **DISPENSA LICITATÓRIA**, com fulcro no artigo 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
DISPENSA LICITATÓRIA 14/2026
PROCESSO Nº 1134/2026

Tendo em vista a solicitação, considerando as informações constantes nos autos do processo administrativo de nº **1134/2026**, em especial as cotas do Procurador Jurídico e do Controle Interno da Câmara, com fulcro no artigo 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, RATIFICO a DISPENSA Licitatória solicitada, tendo em vista as argumentações trazidas e o que dispõe o Artigo 75, inciso XV, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021. Proceda-se a contratação, publique-se o Ato.

São José do Vale do Rio Preto, 07 de Outubro de 2026.

MARCELO RABELLO NEVES
Presidente

ATA DE SESSAO LEGISLATIVA

Ata nº 62/26

Ata da Sexagésima Segunda Reunião Ordinária do Segundo Ano da Décima Legislatura da Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Preto, realizada ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis sob a presidência do Vereador Marcelo Rabello Neves, com a presença dos Vereadores Fabrício Porto Andriolo Machado, Jorge Antônio Moura de Rezende, José Roberto Fonseca e Marcos Antônio Machado, que assinaram o livro de presença e, havendo número

legal, às dezesseis horas e quinze minutos, fazendo a invocação regimental, deu início aos trabalhos. Em seguida, convidou o Vereador José Roberto para fazer a leitura do texto da Bíblia Sagrada. A seguir solicitou ao Vereador Fabrício Andriolo, Segundo Secretário ad-hoc, que fizesse a leitura da Ata da sessão realizada no dia vinte e quatro de setembro. A seguir solicitou ao Vereador Marcos Machado, Primeiro Secretário, que fizesse a leitura das matérias no Expediente, do qual constavam os Ofícios GP nº 648/26 (de protocolo nº 1.753/26) e nº 652/26 (de protocolo nº 1.758/26) que informam o encaminhamento de Indicações Legislativas aos setores competentes; o Requerimento nº 1763/26, de autoria do Vereador Marcos Machado, que requer a disponibilização do Plenário para realização da Palestra Semana Pela Vida; as Indicações Legislativas: nº 1764 a 1767/26, de autoria do Vereador José Roberto; e nº 1769/26, de autoria do Vereador Jorge Moura de Rezende; e as Moções de Aplausos: – nº 1773/26, do Vereador Jorge Moura a Sra. Viviane da Costa Cruz Couto; e de autoria da Vereadora Jaqueline Hiat: nº 1770/26, a Sra. Raquel Garcia Portilho; nº 1771/26, a Sra. Daniele Maria dos Santos Amorim; e nº 1772/26, a Sra. Valdelice Maria da Silva. A seguir, havendo oradores inscritos para a Fala no Expediente, usou a Tribuna o Vereador Marcelo Neves que relatou que havia realizado, naquele dia, uma visita ao amigo Juvenal Pereira e relatou uma situação que considerou extremamente grave envolvendo o filho dele, que havia sofrido um acidente no campo, ocasionando uma fratura na clavícula. Informou que o jovem foi atendido no hospital e teve a fratura constatada, porém, para sua indignação, sequer teria sido realizada a imobilização do ombro. Manifestou preocupação com a situação e afirmou acreditar que o Prefeito talvez não tivesse conhecimento da forma como o atendimento estaria sendo conduzido no hospital. Destacou que, na Câmara Municipal, frequentemente solicita a aprovação imediata de matérias relacionadas à saúde, por entender que pacientes internados não podem ser prejudicados por questões políticas ou burocráticas. Ressaltou que, durante sua gestão como Presidente, não houve interesse próprio na condução dessas matérias e que todas as proposições relacionadas à saúde foram aprovadas. Dirigindo-se ao Vereador Marcos, afirmou sentir-se envergonhado com o ocorrido e solicitou que o relato chegasse ao conhecimento do Prefeito e da Secretária Municipal de Saúde. Ressaltou que, em respeito ao profissional que realizou o atendimento, preferia não fazer maiores considerações sobre sua atuação, mas afirmou que, em sua avaliação, a conduta adotada seria inadmissível, especialmente porque o paciente teria sido orientado a procurar atendimento por meios próprios em Teresópolis para realizar a imobilização de uma clavícula fraturada. Diante disso, solicitou ao servidor Marcelo que fosse realizado um chamamento da Secretária Municipal de Saúde para tratar diretamente do caso, preferencialmente em reunião na Sala das Comissões, com a presença de todos os vereadores. Ressaltou que a situação poderia ocorrer com qualquer munícipe ou pessoa próxima aos parlamentares. O Presidente questionou a justificativa para o paciente ser encaminhado a outro município sem que tivesse sido realizada sequer a imobilização inicial, observando que, ainda que o hospital não dispusesse de atendimento cirúrgico ortopédico, deveria prestar o atendimento inicial adequado e, posteriormente, encaminhar o paciente ao hospital mais próximo, conforme a necessidade. Ressaltou que a Câmara Municipal aprova recursos destinados à saúde e, consequentemente, possui o dever de fiscalizar sua aplicação e a qualidade dos serviços prestados à população. Afirmou sentir-se novamente envergonhado e indignado por ter sido procurado por moradores que confiaram nos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, especialmente no que se refere à melhoria da saúde pública. Destacou que a saúde foi uma das principais bandeiras da campanha e afirmou que, até aquele momento, não teria percebido a mudança esperada na área. Defendeu que fossem apuradas as responsabilidades dos profissionais que estavam de plantão no dia do atendimento e classificou como inadmissível o fato de um jovem com fratura de clavícula ter sido encaminhado para Teresópolis sob a alegação de que o hospital municipal não poderia realizar a imobilização. Ao final, afirmou que seria necessário rever a situação, ressaltando que estaria sendo informado que pacientes de São José estariam sendo encaminhados para Posse. Considerou a situação vergonhosa para os parlamentares e informou que já havia solicitado ao servidor Marcelo Ramos o levantamento dos valores aprovados pela Câmara Municipal para a área da saúde, destacando que os recursos destinados ao setor já ultrapassariam R\$ 11 milhões. Por fim, pediu desculpas aos vereadores pela exaltação durante o pronunciamento, reiterou sua indignação com o ocorrido. Também inscrito o Vereador Jorge Moura de Rezende iniciou cumprimentando o Presidente, os demais vereadores, assessores e todos os presentes, informando que faria um agradecimento e destacou a realização, no dia anterior, da prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde, da qual participaram ele, o Vereador Marquinhos e a Vereadora Jaqueline, por integrarem a comissão. Relatou que a reunião teve início por volta das 14h30 e que, em razão de interrupções no fornecimento de energia elétrica pela Enel, precisou ser interrompida em alguns momentos. Ressaltou como ponto positivo da prestação de contas a forma como a Secretária de Saúde conduziu a reunião, possibilitando a discussão dos assuntos diretamente com os responsáveis por cada setor. Destacou que os diretores de cada área estiveram presentes para responder pelos respectivos setores, permitindo aos vereadores esclarecer dúvidas e realizar questionamentos. Lamentou que a situação anteriormente relatada pelo Presidente não tivesse chegado ao conhecimento da comissão antes da reunião, pois, caso tivesse sido apresentada, certamente teria sido questionada

durante a prestação de contas. Parabenizou a Secretária pela condução dos trabalhos e afirmou considerar importante que as prestações de contas continuassem sendo realizadas dessa maneira. Em seguida, manifestou-se sobre a situação envolvendo o atendimento hospitalar mencionada pelo Presidente. Considerou o caso muito delicado, ressaltando que os vereadores estão no exercício da representação da população e que situações dessa natureza precisam ser analisadas com responsabilidade. Afirmou que existem relatos de pacientes sendo encaminhados para Posse e outros municípios e que isso não seria adequado. Defendeu que, mesmo quando o hospital não tiver condições de realizar determinado procedimento, deveria conduzir a situação de maneira mais adequada e assumir a responsabilidade pelo atendimento inicial, evitando simplesmente encaminhar o paciente por meios próprios. Ressaltou que os vereadores representam o Município e que seria necessário um posicionamento mais firme dentro do hospital. Recordou que, durante a campanha eleitoral, o Prefeito havia apresentado a saúde como uma das principais prioridades, enquanto o Vice-Prefeito também teria divulgado nas redes sociais que a saúde estaria apresentando bons resultados. Diante disso, afirmou que situações como a relatada dificultam a explicação dos parlamentares à população, especialmente porque seriam problemas pontuais que poderiam ser evitados. Na sequência, relatou que, naquele dia, havia percorrido a cidade e recebido diversas reclamações relacionadas ao fornecimento de energia elétrica pela Enel. Informou que moradores estavam sem energia desde as 6h da manhã, inclusive estabelecimentos comerciais, como açougues, salões de beleza e consultórios odontológicos, que estariam sendo prejudicados em suas atividades. Relatou que conseguiu entrar em contato com Caique e Marcos, pessoas que têm prestado auxílio ao vereador nas demandas relacionadas à Enel, reconhecendo que ambos fazem o que está ao alcance para solucionar os problemas, embora muitas situações não dependam diretamente deles. Defendeu a necessidade de uma atuação mais firme para que a Enel mantenha um ponto de atendimento ou referência no Município, evitando que a população permaneça sem respostas diante das interrupções de energia. Relatou ainda que, na noite anterior, houve interrupção no fornecimento de energia no Tedesco, restabelecida somente na manhã seguinte, e que ele próprio também ficou sem energia em sua residência, com o serviço sendo restabelecido por volta das 23h. Acrescentou que recebeu diversas mensagens relatando falta de energia em diferentes pontos do Município e que, muitas vezes, não consegue obter respostas ao tentar contato com a empresa. Por essa razão, manifestou interesse em integrar um grupo de comunicação existente sobre a Enel, a fim de poder encaminhar diretamente as reclamações e buscar soluções mais rápidas. Informou que tem solicitado aos moradores as referências das contas de energia ou os números dos protocolos para poder encaminhar as demandas diretamente aos responsáveis. Por fim, agradeceu aos vereadores pela aprovação do projeto referente ao condomínio, destacando que considera a aprovação uma vitória da população, alcançada com a participação de todos os parlamentares. Relatou que o projeto tem sido bem recebido pela população e que os vereadores têm sido parabenizados nas ruas por sua aprovação. Ressaltou a importância da iniciativa para o Município e lamentou que tenha sido necessário adotar medidas daquela proporção para viabilizar sua aprovação. Agradeceu novamente aos vereadores que acompanharam e apoiaram o projeto e afirmou ter certeza de que a iniciativa ainda produzirá muitos frutos para São José do Vale do Rio Preto. Ao final, agradeceu pela oportunidade. Por fim, também inscrito o Vereador Marcos Machado cumprimentou novamente o Presidente, os demais vereadores e todos os presentes, parabenizando a todos os secretários escolares pelo seu dia, celebrado na data anterior, ressaltando o papel fundamental que desempenham na educação. Destacou que os profissionais merecem o reconhecimento, carinho e respeito da Câmara Municipal e informou que serão homenageados por meio de Moção de Aplausos, aprovada por todos os vereadores. Em seguida, abordou a situação relacionada à empresa Enel, responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Município. Relatou que sua filha e seu genro possuem um comércio na região do Queiroz, em Santa Maria, e que enfrentam frequentemente problemas relacionados à falta de energia elétrica. Citou, ainda, o caso do empresário Eduardo Medeiros, que teria enfrentado problemas em sua granja, situação registrada também em vídeo pelo Vereador Fabrício, e posteriormente divulgada nas redes sociais pelo vereador em fala, com marcação da empresa Enel Brasil. O Vereador classificou a situação como um desrespeito não apenas aos empresários, mas a todos os munícipes, destacando os prejuízos causados pelas constantes interrupções no fornecimento de energia, especialmente às famílias de menor poder aquisitivo, que podem perder alimentos armazenados em suas residências e adquiridos com grande esforço. Elogiou o servidor Caique, a quem atribuiu excelente atuação e disposição para auxiliar na solução dos problemas, mas ressaltou que muitas das questões não dependem diretamente dele. Informou que, antes do início da sessão, havia sido discutido sobre a realização de uma nova audiência pública com a Enel, questionando quais resultados concretos poderiam ser obtidos, uma vez que já havia ocorrido reunião com representantes da empresa aproximadamente quinze dias antes, ocasião em que foram apresentadas promessas de melhorias, incluindo a disponibilização de um veículo de emergência permanente no Município. Relatou que havia recebido a informação de que o local destinado à estrutura de atendimento emergencial, na região de São Guido, estaria em fase final de instalação, mas destacou que a medida já deveria ter sido implementada, diante da gravidade dos problemas enfrentados pela população. Ressaltou que as interrupções de energia ocorrem inclusive com chuvas leves e mencionou que, pouco antes da sessão, houve dois picos de energia na própria Câmara Municipal, questionando se situações dessa natureza poderiam causar

danos aos equipamentos eletrônicos. Defendeu, portanto, a adoção imediata de providências e solicitou que a Enel compareça novamente à Câmara para uma audiência pública, apresentando soluções concretas. Pediu ao Presidente que, quando a audiência for realizada, seja feita ampla divulgação para que o plenário esteja lotado de munícipes, possibilitando que a população apresente diretamente suas reclamações e reivindicações. Na sequência, comentou sobre a audiência pública da saúde realizada no dia anterior, classificando-a como muito positiva e proveitosa. Destacou a postura aberta ao diálogo da Secretária de Saúde, que teria levado à reunião os técnicos responsáveis pelos diferentes setores. Em relação à situação anteriormente relatada pelo Presidente sobre o atendimento hospitalar de um paciente com fratura, afirmou considerar a situação muito preocupante. Ressaltou que, antes de ser especialista em determinada área, o profissional médico é médico e, durante sua formação, passa por diferentes áreas da medicina. Destacou também que o hospital funciona 24 horas e possui equipe técnica capacitada para realizar imobilizações, elogiando os profissionais que atuam no setor e afirmando conhecê-los em razão de já ter exercido a função de diretor daquela unidade e ser servidor público. Questionou se, no caso mencionado, teria sido solicitado à equipe técnica que realizasse a imobilização ou se o médico teria, de imediato, informado que não havia procedimento a ser realizado. Ressaltou que, para os vereadores, que exercem função fiscalizatória, uma situação dessa natureza é extremamente constrangedora e precisa ser esclarecida. Em seguida, abordou a questão das horas extras no hospital. Informou que, após questionamento realizado pelo Vereador Jorge na audiência anterior, havia sido procurado três vezes naquele mesmo dia no hospital para tratar do assunto. Explicou que estaria sendo discutida a impossibilidade de pagamento de determinadas quantidades de horas extras a alguns servidores, mas que, ao mesmo tempo, seria possível distribuir menor quantidade de horas entre um número maior de servidores. Diante disso, questionou onde estaria efetivamente a economia, afirmando que os próprios servidores haviam relatado que “a conta não fecha”. Defendeu que o hospital deve ser tratado como serviço essencial, destacando que permanece em funcionamento desde sua criação e que, assim como outros serviços essenciais do Município, não pode ter sua continuidade comprometida. Ressaltou a necessidade de compreender melhor o funcionamento da unidade e os critérios utilizados para a organização das escalas e pagamento das horas extras. Relatou ainda que, durante a audiência pública, questionou a Secretária de Saúde sobre o percentual de recursos municipais destinado à saúde. Segundo informou, inicialmente havia sido mencionado o percentual constitucional de 15%, mas a aplicação total de recursos no setor seria significativamente superior, alcançando percentuais muito maiores. Destacou também que a folha de pagamento seria custeada, em parte, com recursos federais, permitindo a utilização de recursos próprios em reformas, reparos e outras necessidades da saúde municipal. Afirmou que essas questões precisam ser esclarecidas para que os vereadores possam compreender adequadamente o funcionamento da estrutura de saúde e apresentar respostas à população. Informou que, naquele dia, havia conversado com o Diretor do Hospital Rodrigo sobre essas questões e que também levaria os questionamentos à Secretária Cláudia, buscando compreender a organização, as escalas e a eventual falta de servidores. Como exemplo, citou a recepção do hospital, onde, segundo relatou, haveria atualmente déficit de dois servidores. Explicou que, considerando a escala de 24 horas por 72 horas, a ausência de dois servidores naturalmente acarretaria a necessidade de realização de horas extras. Acrescentou que esses servidores teriam sido transferidos para outros setores, ressaltando que a questão envolve, portanto, gestão e organização dos recursos humanos. Por fim, afirmou que os vereadores são frequentemente cobrados pela população e precisam ter respostas concretas para apresentar. Destacou que, quando recursos são destinados à saúde, os processos encaminhados à Câmara não ficam retidos, sendo normalmente aprovados e liberados. Ressaltou que a própria Secretária Municipal de Saúde teria reconhecido e agradecido essa postura durante a audiência pública. Concluiu afirmando que é necessário compreender melhor o funcionamento da saúde municipal e obter respostas para os questionamentos apresentados. Informou que, após conversar novamente com a Secretária, retornaria à Tribuna para apresentar aos vereadores e à população os esclarecimentos recebidos. Ao final, agradeceu ao Presidente pela oportunidade. Encerrada a lista de inscritos para a Fala no Expediente, passou-se a Ordem do Dia com a votação em primeiro e segundo turnos do projeto de Lei nº 1.639, do Vereador Marcos Machado, que institui a política municipal de atenção à Saúde Mental dos Profissionais de Enfermagem; em segundo turno o Projeto de Lei nº 1.587, do Vereador Jorge Moura, que institui a política municipal de regularização e padronização do endereçamento (CEP); em primeiro turno o Projeto de Lei nº 1.579, do Poder Executivo que requer autorização para a abertura de crédito especial no valor de R\$ 2.040.055,34 para o Fundo Municipal de Educação; e as Indicações Legislativas que foram lidas na Sessão. Encerrada a Ordem do Dia, não havendo oradores inscritos para as Explicações Pessoais, às dezessete horas e dezesseis minutos o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos, marcando a próxima reunião ordinária para o próximo dia seis de outubro, às dezesseis horas quando estarão sendo analisados na Ordem do Dia os projetos que forem deliberados pelas comissões permanentes. E eu, Marcos Machado, Primeiro Secretário, para que tais relatos integrem os anais desta Casa, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito. São José do Vale do Rio Preto, em primeiro de outubro de dois mil e vinte e seis. BED.